

à Informação

Abril de 1969

EDITORIAL

UMA HISTÓRIA (NEGRA) QUE AINDA É DE HOJE

A tragédia dos presos políticos no regime salazarista é uma história que está por fazer. História negra. História que acabará por se fazer um dia. História que será um julgamento e uma condenação, não apenas dos carrascos, mas também dos seus cúmplices. E cúmplices somos todos nós, que não lutámos contra os métodos sanguinários da repressão, que não denunciámos suficientemente as práticas de tortura sistemáticas, que não tivémos sequer a preocupação de conhecer o que se passava e o que se fazia a pessoas indefesas nos cárceres da PIDE.

Algumas atitudes públicas, como a dos 105 advogados de Lisboa, Porto e Coimbra que em 1957 protestaram junto do Ministro da Presidência contra as práticas policiais, ou a dos 47 católicos que em 1959 escreveram ao Presidente do Conselho protestando contra os métodos brutais da PIDE, não obtiveram resposta. Mas estas atitudes dão uma triste imagem da consciência moral deste país: foram bem pouco em face da baixeza e da indignidade a que desceram os governantes.

Muitas vezes se ouve dizer que uma das características do regime tem sido a mão de luva, o evitar os excessos de uma repressão violenta generalizada. E isto é verdade. Mas também é verdade que este mesmo regime foi capaz não só de promulgar e de manter uma legislação penal relativa aos delitos políticos das mais inorais, mas ainda de uma prática que ultrapassou em muito tal legislação. E foi mesmo capaz de manter durante muitos anos um verdadeiro campo de concentração, de onde muitos não regressaram.

Quem terá as mãos limpas de tudo isto? Terão porventura acabado esses tempos?

É evidente que não: a legislação não foi alterada numa vírgula; as pessoas mantêm-se nos seus postos ou trocam os cargos (pessoal da PIDE, ministros, altos funcionários); nenhum inquérito foi feito, nenhuma sanção foi tomada contra os responsáveis pelos crimes; o campo do Tarrafal, temporariamente encerrado, foi reaberto (o que muda terem as vítimas passado a ser africanos?)

No entanto, é de admitir que, num ou noutro aspecto, alguma coisa se terá modificado em relação aos períodos mais negros dos anos 30 e 40, em que o contexto internacional e a carência de informação facilitavam o "trabalho".

Mas hoje, 6 meses depois de se terem anunciado propósitos de cordialidade e moderação, o que terá o "novo" elenco feito neste domínio? Apenas se sabe que certos aspectos mais odiosos do regime prisional em Peniche conheceram um abrandamento efémero, pois tudo voltou depois à mesma. Um outro preso saiu em liberdade condicional por motivos de saúde e parece que não têm sido aplicados novos períodos de medidas de segurança: mas estas continuam em vigor e muitos presos há que as estão a sofrer há anos. Os insistentes pedidos de amnistia, um dos quais com 5.000 assinaturas de todo o país, que têm sido entregues ao Governo, nenhum eco positivo encontraram, apesar de algumas palavras elocuentes que foram proferidas e que provocaram em certos meios um ambiente de expectativa benévola.

É bem de ver que um regime totalitário como o que sofremos não se pode manter sem repressão violenta e constante: os presos políticos sofrem a privação de liberdade como consequência dos riscos que generosamente quiseram correr; mas será necessário que a conservação desse regime imponha a sua lenta destruição como pessoas? Que sejam submetidos diariamente a um regime prisional que provoca o seu aniquilamento físico e moral?

A ficção de uma viragem do regime também neste aspecto está a sofrer um desmentido. Mas será possível manter essa ficção - mesmo só para alguns - sem medidas concretas com um mínimo de justiça e de humanidade no tratamento dos perseguidos políticos?

Este aspecto é também um teste para M. Caetano. Como conciliar a bonomia das "conversas de família" com a manutenção de métodos bárbaros que, apesar de tudo, atingindo centenas de famílias, são do conhecimento directo de milhares de portugueses?

AS PRISÕES POLITICAS EM PORTUGAL

-Extracto de "Amistie au Portugal", bulletin nº12-13

Existem quatro prisões políticas importantes. Os redutos norte e sul do forte de Caxias, a prisão da PIDE no Porto (Cadeia Privativa) e a prisão do forte de Peniche. Não são contudo os únicos locais onde estão detidos presos políticos. Alguns estão presos na PIDE em Coimbra, na Prisão Militar da Trafaria, na prisão-hospital de S. João de Deus em Caxias e na Penitenciária de Lisboa, que tem também presos de direito comum. No norte do país, em Paços de Ferreira, existe a Cadeia Central do Norte, onde estão igualmente presos numerosos democratas.

FORTE DE PENICHE

Situado entre Lisboa e Porto, na vila de pescadores de Peniche, ergue-se sobre um cabo rochoso batido, no inverno, pelas tempestades do mar.

A prisão em si é um velho forte do séc. XVI. Desde 1953, tem sido progressivamente adaptado em ordem ao seu fim actual. Em 1950, ainda não existia nenhuma instalação suficiente. Não foi senão por um greve de fome de sete dias que oitenta prisioneiros obrigaram o director a alojá-los mais decentemente.

Depois deste protesto, foram construídos três pavilhões. O Pavilhão C foi inaugurado em 1956, o Pavilhão B em Dezembro de 1961 e o Pavilhão A em Agosto de 1962. Equipes de presos construíram, recentemente, quartelamentos para a G.P.R. que vigia, simultaneamente, os presos e a população local.

Pavilhão C

O Pavilhão C tem três andares. No primeiro, há três pequenas celas, com seis presos em cada uma. Além disso, há um pequeno refeitório e instalações sanitárias. As divisões são tão pequenas que pouco espaço sobra ao lado das barandas. Não há senão um mesinha em que os presos podem escrever, um de cada vez. E como lhes é estritamente proibido deitar-se nas barandas durante o dia, têm que estar de pé ou sentarem-se em bancos de madeira.

O segundo andar é inteiramente ocupado pelo dormitório dos guardas e pelos serviços administrativos.

No terceiro andar, há duas secções independentes separadas por uma grade de ferro. Num ala, há oito celas individuais, um pequeno refeitório e instalações sanitárias; na outra, três divisões podendo ter 15 presos. Deste lado, as instalações sanitárias são mesmo dentro das celas.

Primitivamente, o Pavilhão C estava fechado por uma espessa porta aferrolhada que dava para o exterior. Agora, esta porta está murada, depois da evasão de 10 presos políticos, em 3 de Janeiro de 1960. Há 40 presos neste pavilhão.

Pavilhão B

O Pavilhão B tem também três andares, com 14 celas, um refeitório, uma sala comum e instalações sanitárias comuns. No primeiro andar não se vê, para o exterior, senão paredes sombrias; é impossível ver o céu, a menos que se ponha a cabeça mesmo contra as grades de ferro que barram a janela.

As celas são muito escuras, frias e húmidas, mesmo no verão, por causa da proximidade do mar.

Pavilhão A

O Pavilhão A não tem senão dois andares com três celas destinadas a receber cada uma 11 presos e uma outra cela para 5 presos. Mas eles são agora 76 neste pavilhão (Janeiro de 1966).

As divisões deste pavilhão não têm portas, mas sólidas grades de ferro, como no primeiro andar do Pavilhão C. As janelas são em frente do mar e dão para um pátio de 60 metros fechado por um muro, ele próprio construído sobre uma falésia escarpada. No inverno, quando o mar está agitado, as ondas enchem-se muito alto e vêm rebentar, continuamente, contra a fachada do edifício. Por isso, as janelas dos Pavilhões A e B, que estão em frente do mar, têm que ficar fechadas noite e dia, durante grandes períodos.

Tal é a situação no interior do forte. Os arquitectos combinaram-se para enganar qualquer observador vindo do exterior. De fóra, não se vê, de facto, nenhuma barra de ferro; estão todas pelo lado do dentro.

O vestibulo de entrada, à volta do qual estão dispostos os escritórios e o gabinete do director, onde são recebidos os visitantes, são muito agradáveis e nobilitados mesmo com uma certa elegância. No inverno, estão convenientemente aquecidos. Assim, um visitante ocasional pode deixar-se cativar pela propaganda de S. Iázar, se viu apenas o chão ladrilhado dos corredores e os azulejos brancos das paredes dos refeitórios. Os lindos pavimentos também podem iludir e a atmosfera de aparente limpeza criar uma falsa impressão.

É por isso que a visita feita ao forte por Lord Russell de Liverpool, em Abril de 1963, se transformou num tal sucesso de propaganda para o regime. Lord Russell não viu senão a aparência cuidada da prisão e, apesar de carta assinada por 112 presos que protestavam contra o seu relatório, ele manteve o que tinha escrito. Pergunta-se se foi enganado ou se teve vergonha de admitir o seu erro.

As celas individuais

Quais são as condições de vida dos presos?

Em Abril de 1967, havia no forte de Peniche 101 presos políticos. O tratamento a que são sujeitos é inalterável. Em vez conduzido a Peniche pelos agentes da PIDE, o preso supertáprinciro, totalmente isolado, em período de observação, que pode durar de dois a seis meses. Isolado, sem contacto com ninguém, senão com os guardas, está exposto a toda a espécie de violências. Concedem-lhe uma hora de exercício por dia. No refeitório, tem que estar voltado para a parede e virar as costas aos outros presos. Ninguém está autorizado a falar-lhe, nem a sorrir-lhe.

Sucedeu que um preso, submetido a este regime, Pires Jorge, viu o seu curado, José Magro, que não encontrava há anos. Como não tinha direito de lhe falar, piscou-lhe o olho. Jorge foi imediatamente acusado por um dos guardas de querer estabelecer um contacto e viu o período de detenção solitária prolongado.

Só se fechada quase vinte e quatro horas (vinte e três e quatro) numa pequena cela, constantemente observado, o preso não pode assobiar nem cantar, não recebe nenhum jornal, nenhum livro.

O isolamento dos presos políticos é uma medida arbitrária, em contradição aberta com a lei portuguesa. O decreto nº26.643 (28-5-1936) especifica claramente que um preso não deverá, em nenhum caso, ser submetido a um tal regime. Contudo, em 12 de Outubro de 1962, um novo decreto (nº43.960) estabeleceu que "os regulamentos das prisões para presos políticos seriam idênticos aos das prisões ordinárias, sob reserva de modificações exigidas pela personalidade do preso, isto com a finalidade de assegurar a disciplina e a segurança de cada estabelecimento".

Uma tal redacção é intencionalmente ambígua para permitir decisões arbitrárias.

As celas comuns

A vida dum preso numa cela comum também não é fácil. Os presos são regularmente vigiados através das grades de ferro que substituem a porta e não podem reunir-se nem perto delas, nem perto da janela. Um grupo de mais de três pessoas não tem o direito de conversar.

Os presos têm que se sentar em bancos de madeira e, se têm que escrever, só o podem fazer sobre os joelhos, dado que a única mesa da divisão não pode ser utilizada senão por 4 pessoas de cada vez. Geralmente, há 11 presos na cela maior do Pavilhão A.

Os presos não são autorizados a e sinar o que quer que seja aos companheiros, mesmo aritméticos, ou outras matérias igualmente inofensivas.

A mais pequena infracção ao regulamento ou uma ligeira queixa acarreta um castigo e longos períodos de isolamento.

Os presos são espiados

A finalidade da detenção é a completa destruição da vontade e da personalidade dos presos; deste modo, a vigilância nunca afrouxa.

As conversas dos presos são seguidas pelos guardas que podem interrompê-las quando querem. Um preso não pode pedir emprestado um lápis, mostrar um livro, levantar-se da mesa, sem autorização dos guardas. Estes já interromperam as conversas, porque um ou outro dos presos mencionaram o nome de Napoleão ou de Platão, sendo estes dois nomes considerados como termos "políticos". Os presos não podem trocar entre si os gestos mais inofensivos: Agostinho Saboga foi mandado cinco dias para o corredor por ter dado um laranja a um companheiro. O sistema de vigilância é agravado pelas buscas repetidas feitas nas celas, em qualquer momento. Além disso, o ruído estridente dos apitos dos guardas marcando o horário quotidiano, abala os nervos dos presos: mais de 42 apitos, em cada andar, entre as 7h da manhã e as 10h da noite.

Os presos são mal tratados

Na prisão de Peniche há mais de 50 guardas, bem como 50 G.N.R. no interior do forte. No exterior está um outro destacamento da G.N.R. que faz a guarda, durante a noite, à volta da prisão. Além disso, está estabelecida uma força de polícia na vila, para prevenir qualquer acto de solidariedade para com os presos por parte da população local. Isto significa de facto que há um guarda para cada preso. São infligidos tratamentos brutais aos presos, sob os mais pequenos pretextos. O Dr. Humberto Lopes foi espancado em Dezembro de 1962 pelo guarda-chefe de P. vilhão B. Em outro guarda, cujo nome é igualmente conhecido, espancou Vasco Gabriel (Guinó); Joaquim Diogo Velez foi brutalmente espancado na sua cela, em Dezembro de 1963, por um outro guarda.

Em Junho de 1964, enquanto as famílias dos presos se manifestavam contra os castigos, fóra da prisão, as celas foram invadidas pelos guardas e os presos selvaticamente batidos com murtucas e correias.

O segredo

O castigo supremo consiste em mandar um preso para o segredo, numa gruta horrível. É uma cave situada na extremidade do forte. As paredes e o chão foram completamente cimentados. O próprio tecto é de cimento e não sempre fornece colchão. As roupas que o preso pode levar consigo são reduzidas estritamente ao mínimo. Esta cela é extremamente húmida, porque é constantemente varrida pelas ondas.

Embora o segredo tenha sido declarado ilegal, tem sido constantemente ocupado desde 1962.

A "assistência médica"

A alimentação e os cuidados médicos são administrados de modo a conduzir cada preso a uma morte lenta. A grande maioria dos presos que sofrem em uma prisão longa estão doentes e necessitariam uma alimentação especial. Esta é muito difícil de obter e os presos doentes são a maior parte das vezes obrigados a ingerir a comida de má qualidade que é o rancho.

O médico da prisão de Peniche - o Dr. Bonifácio de Silva - é quase octogenário. A sua incompetência soube-se a uma indiferença profunda pelos doentes. Este velho sunto fez saber claramente que confia mais no seu ouvido do que em todas as "invenções modernas" de diagnóstico, tais como os Raios X e os cardiogramas. Por várias vezes, foram os próprios doentes ou o enfermeiro que lhe disseram de que medicamento precisava determinado doente.

O enfermeiro, um sargento do exército, está na prisão de Peniche há 20 anos e esforça-se por fazer diminuir as brutalidades.

Há nada na prisão que se assemelhe a uma enfermaria. Baptizou-se com esse nome uma sala do segundo andar de P. vilhão C, especialmente preparada quando da visita de Lord Russell.

Os presos isolados das famílias e do mundo exterior

É muito difícil para as famílias ver os presos, dado o horário estabelecido pelo director, o capitão Manuel Mello. Por outro lado, não se permite nenhum contacto: os interlocutores devem falar-se através dum divisória de vidro coberta dum fina rede metálica. Como as vozes ressoam e é difícil verem-se uns aos outros, as visitas tornam-se uma tortura. Os presos e as suas famílias não podem ouvir-se e são obrigados a gritar - situação cruel que os guardas apreciam com divertimento.

O correio dos presos é censurado e os jornais portugueses, já censurados, são-no, outra vez, na prisão e por vezes totalmente interditos. Os presos têm igualmente as maiores dificuldades em pôr-se em contacto com os advogados. Os livros são severamente censurados pelos guardas e muitas obras não são admitidas na prisão.

Como liquidar um preso

A prisão de Peniche é um factor de morte lenta e um estilo nazi. Sujeitos a uma tensão perpétua, os presos estão constantemente à beira da crise nervosa e alguns perderam já a razão: Afonso Gregório, por exemplo, que teve que ser examinado por um psiquiatra. Mas isso só foi possível à custa da insistência dos outros presos.

O exemplo de Diogo Velez bastou para mostrar como os presos são tratados. Ameaçado por um guarda-chefe, Diogo Velez declarou, serenamente, que não se deixaria intimidar. Nada se passou, nas duas horas mais tarde, depois de ele ter limpo o chão do compartimento, o mesmo guarda quis fazê-lo recompor esse trabalho. Era uma provocação e ele recusou. Sob este pretexto, mantiveram-no vinte dias no segredo. Em Dezembro de 1963, foi selvaticamente espancado. Os presos manifestaram-se então contra as autoridades prisioneiras. A sua revolta unânime salvou a vida de Velez.

Todos os presos de Peniche estão em perigo de morte

A máquina de destruição pode não ser espectacular, mas não é por isso menos organizada por forma a eliminar os melhores democratas de Portugal: uma assistência médica irrisória, uma alimentação insuficiente, uma tensão nervosa permanente, celas exíguas, contactos raros e "a distância" com as famílias, castigos, pancadas, tudo isto se revela finalmente tão "eficaz" como os campos nazis.

Por isso, muitos presos estão gravemente doentes. Carlos Costa, por exemplo, sofre de perturbações intestinais; Américo de Sousa de tuberculose e duma úlcera de estômago. (Carlos Alberto Inglês e Afonso da Silva Gregório são os casos mais recentes - Abril/Julho de 1967 - de presos gravemente atingidos na sua saúde e deixados sem cuidados pelas autoridades penitenciárias). Ora todos estes presos estão sob a alçada das "medidas de segurança", o que equivale praticamente a prisão perpétua.

Tal é a prisão de extremidade da costa ocidental de Portugal.

O CAMPO DO TERRAFAL

Mas existe uma prisão pior ainda: é o campo do Terrafal, construído no local mais inhóspito das ilhas de Cabo Verde.

Em Fevereiro de 1963, Edison Rodrigues Chaves descrevia este "campo de morte lenta" no jornal brasileiro Última Hora. Aos pormenores que fornecemos e que transcrevemos mais abaixo, é preciso acrescentar que, desde 24 de Setembro de 1966, pelo decreto lei nº 47.216, os ministros da Justiça e do Ultramar têm o direito de deportar os presos políticos para este campo. Reservado até então aos nacionalistas africanos, "obriga" agora, além desses, opositoristas da metrópole.

Localização: ilha de S. Tiago, no arquipélago de Cabo Verde, a 2.500m da vila do Terrafal.

Abertura do campo: 1936. Encerramento: 1957. Reabertura: 1963.

Primeira leva de presos: 157 intelectuais, operários e camponeses desembarcados do navio "Luanda", em 29 de Outubro de 1936. Reabertura: 100 nacionalistas angolanos e da Guiné, desembarcados em 1963 do navio "África Ocidental".

Primeira vítima: Pedro Mateus Filipe, natural de Almada, assassinado com 27 anos, em 20 de Setembro de 1937.

Nomes de alguns carrascos do campo: os capitães Olegário Antunes, Filipe de Barros, Osório, João da Silva e Manuel dos Reis (o inventor da frigidreira); o Dr. Pratas, médico do campo, o inspector Seixas, os agentes Teixeira, Travessa, Mateus, Cardoso, Gaspar, Almeida, Rui de Paula, José Maria, Adelino, Silva e Gorila.

O rectângulo sinistro

Terrafal é um rectângulo de 225m de comprimento por 75 de largura. Tem a toda a volta um fosso de 4m de profundidade por 3 de largura, no interior do qual apodrecem as águas das chuvas que caem frequentemente na região. No interior, uma sebe de trancas farpadas de 2m de largura por 1,5 de altura, refreia os mais audaciosos que, porventura, quiserem tentar o salto impossível. No exterior, um talude de 3m de altura encobre o horizonte. O acesso ao campo faz-se por dois portões, um destinado aos guardas e o outro aos carros.

Desde o encerramento, em 1957, até hoje, quase nada se modificou no Terrafal. Para receber os seus novos "hóspedes", fizeram-se ligeiras reparações nalguns barracões cujos tectos ameaçavam ruína. No resto, tudo é semelhante. Desde as nuvens de mosquitos, portadores de malária, que, durante a noite, vêm das pântanos vizinhos, até aos métodos dos guardas.

No interior da colónia, há vários barracões: três destinam-se ao alojamento dos presos, um à cozinha e os outros servem de refeitório, de enfermaria e de serralheria. No exterior está o dormitório dos guardas, o depósito de armamento, o armazém de víveres e o secretariado onde a correspondência dos presos é censurada; a mercearia, onde os presos constroem caixões para os companheiros mortos e a oficina reservada ao autónomo do director, à camionete de correio (que leva as cartas até à cidade da Praia) e à "balalaika" (carrota de anterro).

No centro do campo, estão as "frigidoiras", duas celas em betão armado, de 3,60m de comprimento por 2,40m de largura e 1,50m de altura, sem janelas, fechadas por portas de ferro, nas quais não há senão cinco orifícios insuficientes para a ventilação e um pequeno postigo (para introduzir pão e água). Fecha-se aí os que o director quer castigar mais duramente. Os presos, por vezes, ficam aí vários dias, não recebem como alimento senão uma fatia de pão duro e um pouco de água (suprimido, às vezes, conforme a gravidade

do delito). No verão, a temperatura torna-se depressa insuportável e são numerosos os que, esgotada a resistência, enlouqueceram ou foram retirados mortos das "frigideiras". Durante o inverno, estas celas tornam-se geladas e os presos contraem quase sempre pneumonias, o que equivale a uma morte próxima.

CATARINA EUFÊMIA - (A CATARINA DO BALCIZÃO)

in A Resistência em Portugal, de Amílcar Gomes Duarte, "militante anti-fascista português na clandestinidade"

"Terro de grandes fomes, onde a miséria do povo tem como medida as plumas sem fim cobertas de espigas que enchem os celeiros dos grandes agrários, e Alentejo é uma das províncias mais ricas do país. Região onde a grande propriedade se encontra mais concentrada, onde, em relação à população agrícola, a percentagem dos assalariados atinge 90%, é lá que se têm travado os maiores lutas contra o grande capitalismo agrário. Dada a sua estruturação económica e social podemos dizer que é ali onde mais agudamente se coloca a luta de classes entre o proletariado agrícola e o grande proprietário rural que tem ao seu dispor as forças repressivas do regime salazarista. É o quadro desta luta que o trabalhador alentejano tem afirmado e desenvolvido as suas qualidades de combatividade e firmeza, que são um exemplo para todos os combatentes anti-salazaristas.

Grande parte do ano sem trabalho e jornadas miseráveis quando o têm, a vida do trabalhador alentejano é um verdadeiro pesadelo de fome. O contraste de vida entre a população trabalhadora paupérrima e a vida faustosa dos grandes latifundiários, muitos deles absentistas, faz crescer serras de ódio e justiça no meio das ricas serras de trigo que o povo não come.

As grandes concentrações, as marchas de fome exigindo pão ou trabalho, a luta pela paz e por um regime democrático, são constantes de luta desta gente trabalhadora e por isso o fascismo não lho perdoa. As forças repressivas (PIDE, GNR, PSP) espalham os seus tentáculos desde as mais pequenas aldeias às vilas e cidades. Ao menor sinal de descontentamento o grande agrário ou as autoridades fascistas põem logo em movimento a máquina repressiva montada: intimidações, violências físicas, prisões, estradas e transportes vigiados, etc., etc. Tudo porque o povo tem fome e protesta.

Milhares de trabalhadores, homens e mulheres, têm passado pelas prisões, têm sofrido as torturas da PIDE, têm sido condenados, mas a sua tempera não cede, antes pelo contrário, eles sabem melhor quem lhes encheu o corpo de cicatrizes, eles sabem melhor quem lhes fez morrer os filhos à fome, eles sabem melhor quem oprime o povo e não esquecem.

Os anos passam e cada ano é um ano cheio de lembranças, sempre as mesmas: fome e repressão por um lado, lutas, derrotas e vitórias por outro. Em todo este ciclo, reforça-se a vontade cada vez mais firme de lutar por uma vida melhor, sem pesadelos de fome e miséria, e em que as relações entre os homens sejam de irmão para irmão e não de senhor para servo.

De longo gesta que tem sido a luta do povo alentejano contra o fascismo, entre muitos exemplos de heroísmo, destaca-se a morte de simples e heroica camponesa Catarina Eufêmia, assassinada quando com outras camponesas dirigia uma luta em Balcizão.

Naquela dia, 19 de Maio de 1954, o ambiente na aldeia era de carajoso entusiasmo. Todas as mulheres válidas tinham-se recusado a trabalhar pela fome imposta pelos grandes lavradores e exigia melhores salários. Até os mais tímidos, aqueles que vendem a fome em casa trabalhavam por qualquer preço, não se mostravam dispostos a quebrar a greve. Os agrários reivamente não transigiam. Um deles, o Dr. Fernando Nunes, do Beja, contratou um rancho dum lugarejo próximo (Penedo Gordo) que não conhecendo a atitude dos seus camaradas de Balcizão aceitaram a jama proposta pelo agrário. Ao saber disto, uma massa de 2.000 balcizociras, homens, mulheres e crianças, dirige-se para o local onde trabalhava o rancho. Não foram precisas muitas falas para os trabalhadores entenderem. Estavam todos de acordo, não se trabalhava com salários de fome. Quando o povo já regressava a Balcizão, teve conhecimento de que uma força da G.N.R. tinha obrigado o rancho de fora a retomar o trabalho. Indignados com a atitude dos guardas, voltaram para trás dispostos a não permitir que se trabalhasse. Entretanto o agrário avisado por um criado, pediu reforços às autoridades do Beja. Estes não se fizeram esperar. Num jeep, a toda a velocidade, seguiram soldados da G.N.R. com metralhadoras ligeiras, comandados pelo tenente Carrajola que levava uma pistola metralhadora.

Mais uma vez as forças repressivas zelosamente defendiam os interesses dos grandes agrários. Os homens do rancho foram obrigados a retomar o trabalho cercados pela G.N.R. que mantinha as armas apontadas para os trabalhadores de Balcizão. A cólera apareceu nos rostos marcados de sol e cansaços. As armas destes homens e mulheres eram a sua altiva determinação e as vozes indignadas que gritavam: "Temos fome!", "Queremos paz!", "Queremos falar com o rancho de Penedo Gordo!", "Dondeiros!", "Assassinos!".

O barulho crescia. A força dos armas não fazia calar estes gritos que saíam cada vez mais quentes dos peitos revoltados.

Com esta atitude firme conseguiram impôr que uma delegação de 15 mulheres fosse falar com o rancho. Nessa delegação, ia Catarina Eufêmia. Quando se aproximavam do rancho

junto do qual se encontrava o agrário Nunes, sai de trás de um molho de fevas, onde se tinha escondido, o tenente Carrajola. Com o crino nos olhos, aponta a pistola metralhadora às companheiras que levantaram os braços e continuam a caminhar. O assassino Carrajola corre sobre elas e dirigindo-se a Catarina, que com um filho de 8 meses no colo e outro no ventre, se encontrava à frente e pergunta-lhe: "Que queres bruta?". Catarina, altivo, responde-lhe: "O que eu quero é pão para matar a fome dos meus filhos. Quero paz. Tenho fome!". A resposta brutal não se fez esperar. O fascista criminoso afasta os pés do filho que Catarina trazia no colo, encosta a pistola metralhadora ao corpo desta valente companheira e três tiros partiram. O monstro não ficou satisfeito com o crime. Desviado, volta-se para as companheiras de Catarina Eufênia e pretende massacrá-las todas. Estas refugiam-se atrás do agrário que lhes serve de resguardo às balas assassinas. O Carrajola então, para não matar também o seu cúmplice, limita-se a disparar umas rajadas de metralhadora para o chão, cobrindo de pó as companheiras.

Rapidamente, para esconderem o seu crime e fugirem à cólera do povo, transportam o cadáver de Catarina de automóvel para Beja, dizendo que estava desmaiada. Naquele momento de espanto, não querendo acreditar que se possa matar por pedir aumento de salários, pão para dar de comer aos filhos, o povo não se apercebeu logo do crime monstruoso que se tinha cometido. Só a noite trouxe a confirmação. Catarina tinha sido assassinada! Todo o povo pôs síncais de luto. A sua cólera transbordou! Se se ouviam gritos entrecortados por lágrimas: "Bandidos!", "Criminosos!", "Queremos pão!".

Também a noite trouxe o tropel dos cavalos e o bater dos tacões dos soldados da G.N.R. que ocuparam a cidade. E mais uma vez o povo do Alentejo sentiu na sua carne que o regime fascista considera crime pedir trabalho e paz.

De Bejaizão a Beja, onde se encontrava o corpo de Catarina Eufênia, um cortejo de 2.000 pessoas acusava o crime praticado. Olhos resolutos em faces queimadas, continham um ódio profundo ao fascismo. Ao entrarem na cidade de Beja, uma fraternidade solidária do povo desta cidade aumentou esse já enorme cortejo de homens e mulheres. Mas o raiva fascista não quis que esta última homenagem fosse prestada à heróica companheira. A polícia cercou o Hospital onde se encontrava o cadáver de Catarina e sem que o povo tivesse tempo para se aperceber, um automóvel transportou-o a toda a velocidade para um destino desconhecido.

O povo gritava, a G.N.R. e a polícia lançaram-se desordenadamente à parte da sobre a multidão que lhes ofereceu resistência ferindo alguns guardas. Quando chegaram reforços já o povo tinha dispersado e regressado a suas casas. Só aí souberam que Catarina tinha sido enterrada no pequeno cemitério da aldeia de Quintos.

Catarina Eufênia tinha 29 anos e era comunista. Deixou três filhos orfãos e esperava outro quando morreu.

Rubras papoilas que floriam no seu chapéu de caifeira cobriam todos os anos uma burocracia de sepultura no dia 19 de Maio. Seus companheiros não a esqueceram. Para todos, ela continua no belo exemplo de luta e vida que viveu. E nas canções dos ranchos que ceifam o pão que não ceiam, o nome de Catarina Eufênia anda misturado com as palavras: Pão, Luta, Paz e Amor!

VAI HOJE A UMA CONFERÊNCIA? A UM COLÓQUIO? À MISSA?

-LEVE TODOS OS D.I. QUE TIVER

-DIS"RIPUA-OS

-OÇA A CONFERÊNCIA (COLÓQUIO, MISSA)

-VOLTE PARA CASA

-DURMA DESCANSADO: Pão pense que vai ser preso amanhã às 7h da manhã ou que vai perder o emprego. Olhe que já não tem idade para essas fantasias!

31 DE JANEIRO DE 1969

O Dr. Mário Soares pronunciou um importante discurso no Coliseu do Porto, na sessão comemorativa do 31 de Janeiro deste ano. Dolei de destacar as seguintes passagens:

"Sabemos todos - e esse é o momento que vivemos - que ao cabo de quarenta anos de enfadonho monólogo, de perseguições e de opressão, se ouviu da parte do Poder um inesperado e tímido apelo ao diálogo e à convivência cívica.

Porquê? Porque os governos foram subitamente iluminados pelo espírito da Democracia? Por mais que acreditemos nas boas intenções dos homens (que não estão em causa) é difícil admiti-lo...

A realidade é que a própria situação trágica do País postula este diálogo e o impõe. Os problemas são tantos e tão complexos - os trabalhos são colossais, como nos disseram - que ninguém se pode arrigar o direito de ter uma solução feita para eles. Ao contrário: as soluções têm de resultar da participação e do concurso de todos, do entre-choque criador das ideias, do livre debate, numa palavra! A verdade é que uma política de desenvolvimento acelerado - e é nesse País, com um dos mais baixos níveis de vida da Europa, precisa urgentemente de uma política de desenvolvimento! - pressupõe, no fundo de hoje, a Democracia - isto é: a participação de todos os elementos da produção em tarefas que resultem do prévio entendimento consciente e acordo das parcerias, nas notas económicas a atingir. Nenhuma política se pode pretender nacional se não fôr consagrada por um voto livre - dada que a única forma de legitimação dos governos é uma eleição verdadeira, onde se exprimam livremente os desejos e a vontade da Nação. (...)

No momento actual o nosso País - como em 1891 - encontra-se numa encruzilhada do seu destino. Ninguém ignora essa situação dramática - no plano económico, político, social ou ultramarino - situação que é fruto da obstinação auto-suficiente, do monolitismo dogmático do regime, da anquilosose espiritual dos seus dirigentes. Os mais altos responsáveis do regime sabem que se vive numa situação de divórcio completo entre o Governo e a Nação e que o Povo vota com os pés contra o Governo (no dizer expressivo de uma revista estrangeira), abandonando o País, todos os anos às centenas de milhares, num êxodo migratório clamoroso e sem precedentes!

Por isso se fala em diálogo e de repente se puseram em uso, no gírio político nacional, as palavras ambíguas de descorrossão e de liberalização.

É evidente que a liberalização poderia ser um meio eficaz, de saída para os problemas que nos afectam - com a condição de ser sincera e de conduzir à democratização efectiva da vida nacional. De outra maneira, não! Como alibi para evocar o apoio de aliados distraídos das realidades ou como uma habilidade política para assegurar o prosseguimento e a sobrevivência das mesmas estruturas totalitárias, apenas com umas tantas válvulas de segurança, isso não! Longe de resolver qualquer problema, virá complicar e confundir ainda mais a situação nacional já de si tão complexa e difícil!

Diálogo verdadeiro, sim! Mas diálogo pressupõe condições - que os democratas não deixarão de exigir: pressupõe liberdade de expressão e de organização das forças políticas. Pressupõe, sobretudo, que o nosso Povo se liberte de medo - medo da polícia e medo das represálias económicas - que possa finalmente determinar-se quanto ao seu destino. É necessário que os presos saiam das cadeias, que os estudantes e professores desfilados voltem às suas escolas, que os exilados políticos regressem do exílio! Sem liberdade e diálogo é uma caricatura ou um expediente (ou uma armadilha que não se segue enganar ninguém)!

Estemos a alguns meses de uma consulta eleitoral que se revela de transcendente importância para a vida da colectividade. O Governo já começou a sua campanha eleitoral, com a nomeação dos governadores civis e o anúncio de uma "primavera política" que não tem, infelizmente, florido ou dado quaisquer liberdades palpáveis. Aparte umas tantas flores de retórica, a linguagem é confrangidamente a mesma. Entretanto, dessa consulta eleitoral dependerá, muito mais do que temos tendência a pensar, o futuro próximo de todos nós e dos nossos filhos. Mas se as eleições forem sérias, a Oposição - no pluralismo das suas diversas tendências - saberá encontrar uma plataforma comum e unida, sem dispersão de votos, ganha-las-á! Mas que ninguém conte com isso para campanhas de farsas eleitorais ou para evocar mistificações que iludem a vontade popular. Não faremos negociações secretas. Não comparemos a nossa entrada na Assembleia Nacional à custa de discriminações desleais que, como democratas, repudiamos!

As eleições ou serão sérias - e o País entrará na via de uma regeneração política salutar, que lhe abrirá as portas da Europa e lhe ganhará o respeito do Mundo - ou serão como as eleições do passado e, então, às tubas da propaganda oficial orquestrada, responderá o silêncio da Nação! O mesmo silêncio aterrador, porque do meu presságio, do sempre. Como há quarenta anos!"

